

CPI não acha cheque suspeito nas contas bancárias de Roriz

José Varela — 12/2/90

BRASÍLIA — Depois de ouvir por quatro horas e meia o depoimento do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), à CPI do Orçamento, na tarde de sábado, o deputado Benito Gama (PFL-BA), coordenador da Subcomissão de Bancos, saiu convencido de que há ainda uma diferença de aproximadamente US\$ 1 milhão entre as contas feitas na CPI e as apresentadas pelo governador, mas não há cheques suspeitos em sua conta. Roriz também se comprometeu com os parlamentares a fornecer mais dados e prestar outros esclarecimentos sobre suas declarações de Imposto de Renda. "Ele deixou de declarar alguns bens, o que é comum no caso de pessoas com muito patrimônio que não fazem pessoalmente sua declaração de rendimentos", disse o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ).

Ao final do depoimento, que durou quatro horas e meia, a CPI admitiu que errou e reconheceu que a diferença entre os números apresentados por Roriz e os apurados pela comissão ficou mais reduzida. Além de Roriz, depuseram no sábado os governadores do Maranhão, Edison Lobão (PFL-MA), e de Sergipe, João Alves Filho (PFL-SE).

Os números sobre a movimentação bancária do governador de Brasília nos últimos cinco anos, apurados por ele, resultam em um montante de US\$ 5,4 milhões. A Subcomissão de Bancos chegou a um total US\$ 7,8 milhões, que depois se reduziram para US\$ 6,3 milhões. Técnicos do governador e da



Joaquim Roriz mandou abrir inquérito para apurar contrato feito em 90

CPI vão analisar juntos os números de cada parte e a CPI já admite que a diferença deve se reduzir ainda mais. Durante o depoimento, Roriz quis saber dos parlamentares se tinham visto em suas contas algum cheque de empreiteira para ele, dele para empreiteiras, de *anões* da comissão de orçamento para sua conta e também ao contrário, dele para os *anões*. A resposta foi negativa.

Um convênio no valor de US\$ 1,2 milhão, assinado por Roriz e pela ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio, datado de 31 de dezembro de 1990, quando ele ainda não tinha tomado posse no governo de Brasília, é agora um dado intrigante a ser ainda esclare-

cido. O convênio resultou num contrato entre a Codeplan (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central) e a Fundação Fraternidade Essência, com intermediação do governo do Distrito Federal, para a construção de 54 galpões de apoio profissional em todo país.

Segundo informou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), que participou da sessão, não foi feita licitação para a construção desses galpões. De acordo com os deputados que inquiriram Roriz, ele reconheceu sua assinatura no convênio. Ontem, o governador determinou a criação de uma comissão de inquérito para apurar o caso.